

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS GOIÁS
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/ INGLÊS

ELISA CRISTINA DE CAMARGO

A PRODUTIVIDADE DOS USOS DOS VERBOS “TER” E “HAVER”
NA FALA GOIANA

GOIÁS-GO/ 2017.

ELISA CRISTINA DE CAMARGO

A PRODUTIVIDADE DOS USOS DOS VERBOS “TER” E “HAVER”
NA FALA GOIANA

Monografia apresentada para fins de avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Estadual de Goiás, Campus Goiás, sob a orientação da Dra. Déborah Barros Magalhães.

CAMARGO, Elisa Cristina de. **A produtividade dos usos dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana. 2017. Goiás.**

Aprovada em: ____ / ____ / _____

Banca examinadora

Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros
Orientadora

Profa. Núbia T. Cunha Mateus
Avaliadora

Prof. Cleiton Ribeiro e Oliveira

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente a Deus por ter conseguido chegar ao término dessa caminhada.

Agradeço também a todos os meus familiares que me deram força e amor nos momentos de fragilidade.

Também estendo os meus agradecimentos para minha orientadora Dra. Déborah Magalhães de Barros, pelo carinho, compromisso e dedicação.

RESUMO

A PRODUTIVIDADE DOS USOS DOS VERBOS “TER” E “HAVER” NA FALA GOIANA

Partindo dos pressupostos teóricos funcionalistas, que defendem a ideia de que a língua muda de acordo com as necessidades comunicacionais dos falantes, serão analisados neste estudo os usos básicos e os usos abstratizados dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana. Esses verbos estão presentes cotidianamente no processo comunicacional pela sua alta produtividade que pode estar correlacionada com o fato de aparentemente serem sinônimos. Mediante a isso, essa pesquisa objetiva descrever cada um dos usos dos verbos “Ter” e “Haver” e os possíveis motivos que os tornam relevantes conforme os diferentes contextos e a funcionalidade de cada um deles. Acredita-se na relevância do presente estudo na medida em que se busca esclarecer aspectos linguísticos que subsidiam práticas cotidianas que têm como objeto de estudo, análise e compreensão da língua, falando também da contribuição desse estudo para a fala goiana, enfocando que o estudo ajuda a conhecer as características da fala goiana. Os pressupostos teóricos que orientam este trabalho possuem base na língua em uso, em perspectiva funcional, especialmente os de Neves (1997), Cunha (2008), Silva (2014), Barros (2016) entre outros.

Palavras chave: verbos “Ter” e “Haver”, fala goiana, língua em uso

ABSTRACT

Starting from the functionalist theoretical assumptions that defend the idea that the language changes according to the communicational needs of the speakers it will be analyzed in this study the basic and abstract uses of the verbs "Ter" and "Haver" in the spoken language. These verbs are present everyday in the communicational process because of their high productivity that may be correlated with the fact that they seem to be synonyms and contexts of use. By this, this research aims to describe each of the uses of the verbs "Ter" and "Haver" and the possible reasons that make them relevant according to the different contexts and the functionality of each of them. We believe in the relevance of the present study to the extent as to which it seeks to clarify linguistic aspects that, in turn, subsidize everyday practices that have as object of study, analysis and understanding of the language, also speaking of the contribution of this study to the spoken language, focusing that the study helps to know the characteristics of the Goian speech. The theoretical assumptions that guide this work are based on the language in use, in a functional perspective, especially those of Neves (1997), Cunha (2008), Silva (2014), Barros (2016) and others.

Keywords: verbs "Ter" and "Haver", language in use

SUMÁRIO

Capítulo I - Pressupostos funcionalistas.....	8
1. 1 A visão funcionalista da linguagem	10
1.1.2 A gramática em uma perspectiva funcionalista.....	12
1.1.3 Mudança linguística e gramaticalização.....	17
Capítulo II - A Gramática da Oração	20
2.1 Verbo.....	20
2.2 Valência e diátese.....	23
2.3 Sintaxe (como responsável pela relação oracional) e Estrutura Argumental.	25
2.4 Transitividade.....	26
Capítulo III – Os diferentes usos dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana.....	28
3.1 A Fala Goiana.....	28
3.2 Usos dos verbos “Ter” e “Haver”	30
4. Considerações Finais.....	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Como sugere o próprio título “a produtividade dos usos dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana, quis-se, com este trabalho, coletar e descrever os usos desses verbos na fala goiana e as suas características a fim de se entender a funcionalidade e a produtividade de cada um deles uma vez que tais verbos têm se tornado objeto de estudo quando são utilizados com diferentes sentidos, como por exemplo de “possuir” ou de “existir”. Tradicionalmente, considera-se que, no português brasileiro (PB), fala e escrita não se diferenciam apenas pelo maior ou menor grau de planejamento, mas

também por caracterizarem duas gramáticas: uma gramática da fala, que é “fruto do processo de aquisição da linguagem, com formas conservadoras e inovadoras, consequência de mudanças naturais na história das línguas” e uma gramática da escrita, que “é uma mistura de traços da gramática lusitana [...] somada a traços do português brasileiro que se implementam aos poucos. (VITÓRIO, 2015, p.1)

Desse modo, a entrada do verbo *ter* em contextos existenciais, no português brasileiro contemporâneo teve início entre os chamados “contextos opacos”, ou seja, em construções interpretadas como existenciais pelos falantes, consistindo em verdadeiras construções possessivas, (VITÓRIO, 2015.p.3).

Nesse sentido, para se destacar o uso dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana, este estudo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo “Pressupostos funcionalistas”, que realiza uma abordagem teórica sobre a visão funcionalista da linguagem, a gramática em uma perspectiva funcionalista, bem como a mudança linguística e gramaticalização.

Em seguida, o segundo capítulo apresenta o quadro teórico que norteia nossa análise que é a categoria semântica do verbo: tempo, aspecto e modo. No capítulo último, se descreve e analisa os diferentes usos dos verbos “Ter” e “Haver”, a saber, usos abstratizados e usos básicos, bem como as suas características na fala goiana.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

O termo funcionalismo foi impulsionado nos Estados Unidos a partir da década de 70 e considerava a língua em uso como o principal ponto de vista no contexto linguístico. A visão funcionalista da linguagem teve suas bases nas concepções da escola Linguística de Praga que, por sua vez, não validava concepção saussuriana da língua como um sistema de signos que se relacionam reciprocamente e determinam a comunicação. O funcionalismo,

é uma corrente linguística que emerge de um movimento contrário aos postulados estruturalistas predominantes nos estudos linguísticos das primeiras décadas do século XX. Conforme anunciado, os primeiros teóricos a utilizarem a noção de função, associando a também aos elementos do processo comunicativo (função/relação), foram os linguistas de Praga, para os quais a língua é um sistema formado, simultaneamente, pelo estrutural (sistêmico) e pelo funcional (fins comunicativos). (SILVA, 2014,p.4)

As primeiras ideias funcionalistas surgiram para contrapor a concepção de língua do estruturalismo e do gerativismo, as quais se preocupavam apenas com o nível de estrutura da língua. O estruturalismo afirmava o sistema linguístico como algo internalizado a partir das relações sociais do sujeito na sua comunidade linguística. Já o gerativismo acreditava que a língua era inata ao homem, enquanto que, para os funcionalistas, “a língua não pode ser vista como absolutamente independente de todas as forças externas” (NEVES, 1997, p. 109).

De acordo com Cunha, Oliveira e Martellota (2015) o funcionalismo, diferentemente das abordagens formalistas, do estruturalismo e do gerativismo priorizava a individualidade dos falantes para a construção do sistema linguístico. Em termos gerais, a linguística funcional busca

entender a organização da gramática das línguas segundo o propósito do uso. Dito de outra maneira, no funcionalismo, o propósito comunicativo e a diversidade de usos da linguagem, empregada em diferentes contextos, subjaz a ordem interna das línguas. (NEVES, 1997, p.3)

Conforme Neves (1997), a língua é para os funcionalistas um objeto de construção social capaz de desempenhar funções múltiplas dentro da sociedade de acordo com a interação dos usuários.

Desse modo, a linguística funcional apresenta modelos teóricos que denominam a língua como um instrumento de comunicação sujeito a modificações provenientes das situações comunicativas. No funcionalismo, a estrutura gramatical é analisada de acordo com os propósitos do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Dessa feita, de acordo com Martelotta e Kenedy (2003):

[..] o chamado pólo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. (MARTELOTTA e KENEDY, 2003, p.20)

No entendimento dos autores supracitados, a teoria funcionalista entende a língua como um instrumento para comunicação entre os falantes, mas ao mesmo tempo analisa a estrutura gramatical observando o propósito do ato de fala de seus falantes no evento comunicativo.

Desse modo, para Mussalim e Bentes (2005):

A linguística funcional, por seu lado, encontra base explanatória na função que exerce as unidades estruturais e em processos diacrônicos recorrentes que têm, em sua maioria, a motivação funcional. A linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise comunicativa. (MUSSALIM e BENTES, 2005, p.168)

Logo, a estrutura da teoria funcionalista é submetida às pressões provenientes das situações comunicativas do cotidiano dos falantes que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística.

Nesse seguimento, cabe destacar que existem diferentes compreensões da língua, as quais resultam em diferentes modelos teóricos. Neste estudo, por sua vez, será abordada a visão funcionalista defendendo a ideia de que a língua não se “constitui de um conhecimento autônomo, independente do comportamento social,

ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas” (CUNHA, 2011, p.158).

Partindo dessa premissa, para o funcionalismo a necessidade de uso da língua que prevê a sua aprendizagem, ou seja, a língua não é um sistema autônomo, porque a sua organização depende das intenções comunicativas do falante no contexto comunicativo.

Além disso, destacamos que os pressupostos teóricos funcionalistas compreendem as mudanças provenientes da língua levando em consideração às possibilidades de variação em decorrência dos contextos comunicacionais. Sabendo disso, ao longo desse estudo apresenta-se uma visão funcionalista da linguagem através da descrição e os usos dos verbos “Ter” e “Haver”, suas configurações sintáticas e a funcionalidade discursiva de cada um desses verbos.

1.1 A visão funcionalista da linguagem

Contrapondo aos ensinamentos do linguista Saussure (2004), que via a língua como um sistema de signos sem nenhuma mutação em sua estrutura, a linguagem para os funcionalistas desempenha uma importante função na sociedade e serve a uma série de propósitos na vida dos seres humanos.

Neste sentido, o funcionalismo considera a relação da linguagem na construção de textos e enunciados que se fazem presentes nas funções efetivas de comunicação oral ou escrita construída e concretizada respeitando a singularidade de cada indivíduo em situações reais de interação social.

A linguagem para os funcionalistas é um instrumento de interação social, porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura “gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua” (CUNHA, 2008, p. 157).

Em consonância com apud Halliday (1985), Cunha (2008), acredita que os estudos da linguagem são como um conjunto de situações comunicativas nas quais ocorre um processo linguístico. “Esse conjunto de situações comunicativas corresponde aos interlocutores, às condições de produção e à dinâmica do ato comunicativo” (MODESTO, 2006.p.2).

O sistema linguístico está ligado ao sistema social e ao uso, pois cada pessoa faz parte de um grupo social e usa a língua em situações variadas para atingir objetivos específicos. Assim, as relações de comunicação são construídas a partir da interação que um indivíduo estabelece cotidianamente através do desempenho de papéis em eventos sociais. Mediante a isso, apud Halliday (1985) formulou uma proposta para representar as funções básicas da comunicação, que se dividem em:

a) Ideacional – em que linguagem tem como finalidade a manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante possui do mundo concreto, real ou de seu universo subjetivo, interior. Diz respeito ao conteúdo do que é dito, à interpretação e expressão de nossa experiência acerca dos processos do mundo exterior e dos processos mentais e abstratos de todos os tipos.

b) Interpessoal – abrange todos os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala. Permite que o falante participe da situação comunicativa para aprovar, desaprovar, expressar crença, opinião, dúvida, etc.

c) Textual – em que a linguagem estabelece vínculos com ela mesma e está ligada às características da situação em que é usada. Nesta função, o indivíduo – falante ou escritor – é capaz de criar textos e o ouvinte ou leitor consegue distinguir um texto de um conjunto aleatório de frases. A função textual é, pois, um instrumento das outras duas, já que sempre o ato comunicativo necessita da elaboração de discursos. Esta função é que habilita o falante a criar um texto. (MODESTO, 2006.p.3 e 4)

Essas três funções da linguagem para o referido autor, são unificadas e se combinam simultaneamente no ato da comunicação em que a partir do contexto, o falante seleciona o registro a ser utilizado em sua atuação linguística. Logo, a escolha depende, “portanto, da intenção do falante, da forma que ele considera adequada para emitir sua informação pragmática e de como ele deseja que o destinatário a receba e retorne a ele” (MODESTO, 2006.p. 4).

Assim, essa capacidade que o falante tem de escolher a utilizar da língua de acordo com normas de uso e os seus interesses irá depender do modo como ele se organiza e interage socialmente, uma vez que para os funcionalistas a linguagem serve para que o indivíduo atinja seus objetivos comunicativos.

1.1.2 A gramática em uma perspectiva funcionalista

Por acreditar que a língua seja moldada de acordo com as necessidades comunicacionais, os funcionalistas observam que a gramática emerge do uso e a sua estrutura não é estática, ao contrário está em constante modificação. Isso significa que ela sofre influências do momento de uso, dos seus participantes, bem como do contexto discursivo.

A gramática funcional para Bezerra (2013) é uma teoria da organização gramatical das línguas naturais e que buscam em sua totalidade engajar-se em uma teoria global da interação social. A mesma para o estudioso supracitado, adapta às necessidades de caráter comunicacional e cognitivo de cada indivíduo e é flexível às mudanças em situações reais de comunicação e influenciam na estrutura da língua dos usuários.

Nesse entendimento, Neves (1997) acredita que a gramática funcional consista justamente na organização gramatical de línguas naturais de cada indivíduo que se integra socialmente e exerce as suas diversas funções sociais.

Desse modo, a gramática em uma perspectiva funcionalista considera a língua em uso como um processo constante de mudança em que cada indivíduo a utilize de maneira singular ou buscando formas comunicativamente “mais eficientes nos diferentes contextos, ele o faz utilizando um conjunto de princípios gerais e regulares que preveem essas flutuações de uso” (MARTELOTTA, 2011, p. 13).

Diante disso, é possível perceber que na gramática funcional, a língua possui uma estrutura maleável que está sujeita “as diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (AREAS e MARTELOTTA, 2003, p. 20).

A abordagem funcionalista explica as regularidades observadas no uso da língua no qual os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e ao mesmo tempo interdependentes. O funcionalismo se ampara e se constitui a partir de conceitos e categorias como: a *categorização*, a *prototipicidade*, a *iconicidade*, a *informatividade* e a *metáfora*.

Em linguística, por exemplo, a categorização consiste em agrupar entidades objetos, ideias, ações, por suas semelhanças. De acordo com Barros (2016) esse processo é mental e habitual do homem, “é responsável pelo reconhecimento e

distinção entre as palavras, sintagmas e outras estruturas linguísticas armazenadas na memória” (BARROS, 2016, p.42).

No processo de categorização o ser humano colhe as informações e os conhecimentos cotidianamente e os separa e armazena na mente para serem utilizados nos momentos oportunos de comunicação. Barros (2016) em consonância com Lakoff (1987), entende que não há nada mais básico do que a categorização para o pensamento humano no que diz respeito à percepção, ação e discurso. Cada vez que nós vemos algo como “um tipo” de coisa, por exemplo, uma árvore, nós estamos categorizando. A compreensão de como categorizamos é o ponto central para a compreensão de como pensamos, funcionamos e, conseqüentemente, classificamos o contato da nossa mente com o mundo. Logo, o processo de categorização é fundamental para se entender a representação do conhecimento e o significado linguístico.

Barros (2016), argumenta que na prototipicidade, as categorias linguísticas apresentam características básicas para a representação do mundo onde nada é absoluto, os fenômenos da língua se “mostram em graus, em *continuum*, o que faz com que o limite entre uma e outra categoria seja tênue” (BARROS, 2016, p.46). Considera-se que o membro prototípico é aquele que reúne o maior número de características necessárias para o pertencimento à categoria.

Em relação à iconicidade, a linguagem é vista como uma faculdade humana definida entre a relação natural forma e função do o código linguístico em que “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou complexidade de natureza conceptual” (NEVES, 2007, p. 23).

Para Barros (2016), a iconicidade diz respeito à relação entre cognição e gramática, ou seja, o modo como a língua é organizada através de uma construção gramatical está diretamente ligado à concepção e ao uso da língua de acordo com a realidade de cada indivíduo.

A informatividade diz respeito ao conteúdo da informação “compartilhado pelos interlocutores em um momento de interação verbal. Além da perspectiva, guiam também a organização do conteúdo as expectativas do falante em relação ao seu ouvinte” (BARROS, 2016, p.52).

Assim, para Barros (2016), a informatividade envolve o conteúdo semântico que é oriundo dos conhecimentos “do emissor sobre os conhecimentos do receptor; e elementos perceptivos cognitivos” (BARROS, 2016.p.59). Desse modo, a

informatividade representa o conhecimento partilhado entre os indivíduos na interação verbal de acordo com a sua cognição e a sua percepção do mundo. Nesse processo, as informações são planejadas pelo emissor.

A metáfora, para Lakoff e Johnson (1980) apud Barros (2016) citados em Barros (2016), é um fenômeno altamente correlacionado com a formação do sistema conceitual humano. Para esses autores, a metáfora geralmente é utilizada em situações especiais da linguagem e garante o suporte para a constituição dos conceitos que governam

nosso pensamento não são somente problemas do intelecto. Eles também governam o funcionamento da rotina. Os conceitos estruturam a nossa percepção das coisas do mundo e nossas relações com as outras pessoas. Nosso sistema conceitual, portanto, exerce um papel central na definição da nossa realidade. Se nós estamos certos ao afirmar que o nosso sistema conceitual é altamente metafórico, então a forma como pensamos, a experiência e a rotina são problemas de metáfora. (LAKOFF E JONHSON, 1980, p. 3)

Nota-se que para apud Lakoff e Johnson (1980) as manipulações produzidas pela metáfora no contexto comunicacional são codificadas distintamente em cada língua, porque os falantes materializam linguisticamente os conceitos conforme suas experiências singulares.

Desse modo, frente à importância dessa compreensão dos princípios do funcionalismo linguístico categorização, prototipicidade, iconicidade, informatividade e a metáfora, é notável que a Gramática Funcional lança um olhar diferenciado sobre a língua tendo como premissa a sua forma em uso no ato da comunicação pois,

[...] os funcionalistas estão interessados em explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Ultrapassam, portanto, o âmbito da estrutura gramatical, e buscam na situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 14-15)

Com base no que dizem os autores acima, cabe destacar que o nosso objeto de estudo a, produtividade dos usos dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana, tem

justamente por objetivo entender como os falantes goianos usam cotidianamente esses verbos no processo comunicativo e isso vai ao encontro com as ideias funcionalistas postuladas inclusive por apud Halliday (1985), pois para ele a teoria funcionalista busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes feitas na língua como um todo, “procurando chegar, assim, à resposta do porquê um falante escolhe determinados itens dentre os tantos disponíveis naquela língua para fazer o seu enunciado”(MODESTO, 2006,p.2).

A gramática funcional de apud Halliday (1985) idem leva em consideração, a linguagem como um conjunto de situações comunicativas onde ocorre um processo linguístico que corresponde aos interlocutores, às condições de produção e à própria dinamicidade do ato comunicativo como se pode notar em consonância com o quadro a seguir.

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

(C. S. Dik, 1978, p. 5, retornado e explicitado em 1989, p. 2-7. Adaptação de M. H. M. Neves)

Quadro 1:Diferenças entre o paradigma formal e o funcional.

Nota-se que para apud Halliday (1985) idem, a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, em que “cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo de constituinte” (apud Halliday, 1985, p. 37).

Nesse contexto, o referido autor destaca que a gramática funcional se difere da gramática formal, pois a língua para os funcionalistas é vista como um instrumento para

a interação social, enquanto para os formalistas ela é apenas um conjunto de orações pré-estabelecidas de acordo com os contextos de comunicação. Logo para apud Halliday (1985), o funcionalismo se preocupa com a função da língua em seu sistema de uso e o formalismo estuda a língua de maneira descontextualizada, analisando apenas suas características internas. E, com isso, a gramática funcional se destina ao estudo das sequências linguísticas, os significados que estão codificados pelo contexto do usuário recheado de significações, ideologias, intenções que mudam constantemente de acordo com o contexto.

Dessa maneira para idem, numa gramática funcional a língua é interpretada como um sistema semântico. E

A questão fundamental de que modo os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, e não como um fim em si mesmas. O termo *semântico* não se refere, aí, apenas, ao significado das palavras: é todo o sistema de significados da língua. A linguagem adulta construiu estruturas semânticas que permitem "pensar sobre" a experiência, isto é, interpretá-la construtivamente; porque são plausíveis, elas fazem sentido e o homem pode agir sobre elas. Os sistemas de significados, por sua vez, geraram estruturas léxico gramaticais que são igualmente plausíveis: há, então, *verbos* e *substantivos* para enquadrar a análise da experiência em *processos* e *participantes*. É assim que as crianças são capazes de construir uma gramática: elas podem fazer uma ligação entre as categorias da gramática e a realidade que está em seu redor e dentro e sua cabeça, conseguindo ver o sentido por trás do código. (NEVES, 1994, p.10)

O enfoque funcional da língua possibilita aos usuários interferirem na estrutura linguística através de sua interação verbal. Para Lucena (2010), a gramática funcionalista sofre mutações relacionadas às situações de comunicação dos falantes em que os domínios da **sintaxe, semântica e pragmática** estão inter-relacionados e para tanto, as análises linguísticas devem estar baseadas em dados empíricos, advindos de contextos sócio comunicativos.

Desse modo, nota-se que as teorias que dão a direção à gramática funcional referem-se, em grande parte a capacidade que o indivíduo tem para interpretar a situação discursiva de maneira apropriada. Na realidade, os universais linguísticos, sob essa abordagem, se constituem nos usos da linguagem humana em que as línguas estão se modificando constantemente como será visto no tópico a seguir “Mudança linguística e gramaticalização”.

1.1.3 Mudança linguística e gramaticalização

Como vimos anteriormente as línguas apresentam mudanças contínuas em sua gramática devido ao próprio sistema gramatical. Nesse contexto, as mudanças na língua para os funcionalistas ocorrem pela gramaticalização, ou seja, “não há uma diacronia linear, mas a interferência na língua de tendências cognitivas e conversacionais contínuas relativas ao tempo, cognição e uso” (KIBUUKA, 2010, p.46).

De acordo com os pressupostos das teorias funcionais, a gramaticalização que é um processo dinâmico que decorre das mudanças linguísticas está associado à gramática, pois a

Gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática. (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p.24)

A gramaticalização abrange as mudanças fonológicas, morfológicas e sintáticas que se fazem presentes na gramática e desenvolve significados gramaticais nas relações de “concordância de gênero e número para os pronomes, substantivos e adjetivos e nas relações de número e pessoa e atribuição de modo, tempo, aspecto e voz para os verbos” (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p.24).

A gramaticalização é entendida pelos autores como o surgimento de elementos gramaticais a partir da extensão do uso de itens lexicais, pois para eles a gramaticalização envolve vários níveis como o Nível Cognitivo, o Pragmático, Semântico e o Sintático.

No Nível Cognitivo a gramaticalização, o elemento do léxico é mais “concreto que o da gramática: é mais fácil contextualizar substantivos do que relações textuais” (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p.29).

Já no Nível Pragmático segundo Martelotta, Votre e Casario (1996), a gramaticalização envolve uma intenção genérica do falante de usar palavras que são comuns do ouvinte durante o processo de comunicação. O Nível Semântico por sua vez,

a mudança que ocorre no léxico é realizada através do conhecimento que os interlocutores possuem em relação a origem das palavras que são utilizadas no processo de comunicação.

Por último, no Nível Sintático a gramaticalização ocorre em contextos próprios que proporcionam a gramaticalização “e esses aspectos são responsáveis pelo fato de a mudança tomar efetivamente este e não aquele caminho” (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p.29).

Com base nas considerações de Martelotta, Votre e Casario (1996), pode-se entender que a gramaticalização ocorre por mecanismos de natureza metafórica e de natureza metonímica. A metáfora por sua vez os conceitos são criados a partir da experiência humana que utiliza para expressar aquilo que considera abstrato. A metonímia diz “respeito aos processos de mudança por contigüidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático” (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p.29).

A gramaticalização refere-se a um processo o qual os itens lexicais desenvolvem significados gramaticais ou até mesmo os que são gramaticais se tornam ainda mais gramaticais. Assim, a gramaticalização é o aumento de um percurso de um morfema que avança do léxico para gramática a partir das relações que ambos estabelecem.

Nesse contexto, Rosário (2015) afirma que a gramaticalização e as mudanças linguísticas caminham juntas em um processo histórico por meio dos itens gramaticais e com o passar do tempo vão ganhando novas formas e status de acordo com as necessidades de comunicação dos falantes.

Segundo Silva (2004), na gramaticalização é imperativa a observação do movimento realizado por itens lexicais e construções sintáticas ao assumirem funções organizadoras do discurso e suas estratégias comunicativas. Desse modo, tal concepção iguala a visão de gramática como um conjunto de regularidades decorrentes das pressões de uso.

Hopper e Traugott (1993, p. 15) definem a gramaticalização como um processo que em que os itens lexicais e construções gramaticais são determinados em contextos linguísticos, a servirem a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Assim, as mudanças por gramaticalização são motivadas por aspectos envolvidos na comunicação contínuos e infindáveis, inclusive nos modais como o

verbo “Ter”. Desse modo, cabe destacar que neste estudo, será descrito os diferentes tipos de uso dos verbos e suas configurações sintáticas e as funções destes na comunicação de acordo com as mudanças pelas quais a gramática do PB poderá estar passando em função desses diferentes usos. É nesse sentido que entendemos que os verbos “Ter” e “Haver” são produtivos, pois seus significados dependem da funcionalidade de cada um, dentro dos contextos de uso, como se observa em:

(01) eu não **tenho** religião nenhuma... a minha religião é a única... eu não tenho diferença de religião não... pra mim existe um único Deus... (Fala Goiana)

(02) ... e eu **tenho** só que agradeçê... o que eu pedi pra ele hoje... até hoje... (Fala Goiana)

(03) ... pra mim todos eu **tenho** como irmão como ser humano e não tenho diferença... (Fala Goiana)

Os três usos do verbo, indicam diferentes sentidos desse verbo, os quais são contextualmente construídos. Em (01), o sentido de pertencimento é o mais próximo de uso pleno do verbo, o mais concreto, que indica posse – como em *Eu tenho uma bolsa*, entretanto, em (01) conserva-se apenas um traço dessa relação de posse, a de pertencimento. Em (02, constata-se uma relação bem abstratizada, que indica uma obrigação. Nesse caso, o verbo reflete alterações na transitividade, implicando o preenchimento do Arg2 (objeto) e isso comprova que os diferentes usos alteram o status gramatical, isto é, o tipo da natureza da relação do Arg2 (complemento) com o predicado. Já em (03), observamos um uso ainda mais distante do concreto e, nesse caso, não conserva nenhum traço aparente da noção de pertencimento, pois significa uma concepção. Cada um desses usos reflete uma diferente motivação pragmático-discursiva que afeta diretamente as relações sintáticas, pois isso, para o funcionalismo, a língua e sua gramática são emergentes das condições de uso mobilizadas cognitivamente.

CAPÍTULO II - A GRAMÁTICA DA ORAÇÃO

Este capítulo objetiva mostrar como a organização sintática se constitui de maneira organizada e significativamente articulada a partir de motivações discursivo-pragmáticas, por isso, organizamos este capítulo com abordagens teóricas e exemplos do que se entende por gramática da oração, verbo, sintaxe e estrutura argumental, bem como a transitividade. Esses elementos se mostram articulados e indissociáveis no texto e são constituídos a partir da dinâmica linguística, isto é, a diversidade linguística, que é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos que contrapõe a ideia tradicional.

2.1 Verbo

A Gramática, que emerge no uso, implica um conjunto de regras sobre o funcionamento da língua, sobre as possibilidades de organização que produzem sentidos a partir dos contextos específicos. Os verbos, por exemplo, variam e se organizam conforme a morfologia e a sintaxe, pois do ponto de vista morfológico “são identificados como verbo às classes que dispõem de um radical e de morfemas flexionais sufixais específicos” (CASTILHO, 2010, p.2). Os morfemas são as partículas que mudam significativamente e se adaptam às necessidades sintáticas.

Segundo Galvão (2013) a denominação “verbo”

[...] remonta aos romanos (Cícero e Varrão). Como “verbum”, em latim, significava “palavra” – qualquer palavra, de qualquer classe morfossintática – parece que a escolha dessa denominação para indicar a classe morfossintática que ainda hoje denominamos “verbo” queria expressar a convicção de que o verbo é a “palavra por excelência”; essa convicção assenta, provavelmente, no fato de que, nas línguas clássicas (em latim, mas também em grego), o verbo contava com um paradigma de flexões vasto e bem definido. (GALVÃO, 2013.p.28)

Desse modo para a autora supracitada, o estudo do verbo é em grande parte, uma resposta ao problema de explicar as flexões que preenchem adequadamente certos espaços que são previsíveis a partir do verbo e que se pode chegar a orações completas, caracterizadas conceitualmente “certos estados de coisas, possivelmente reais” (GALVÃO, 2013, p.28). É válido também destacar que ao ser considerado

como palavra por excelência, o verbo assume o status de relevância na organização oracional, e sobre ele que está a responsabilidade de motivar as possíveis combinações na oração, bem como a propriedade de determinar a natureza semântica dos outros itens que comporão juntamente com ele o enunciado.

Nesse contexto, conforme Koch (2001) o verbo é a categoria gramatical que configura por meio do lexema verbal com os morfemas gramaticais e ordena temporalmente o estado de coisas, a atitude do falante quanto aos valores atribuídos ao enunciado de acordo com os contextos comunicacionais.

Logo, compreende-se que o verbo é a estrutura fundamental que compõe uma oração e, é também a unidade linguística formadora de outros elementos encontrados em uma determinada oração. O verbo também é responsável pela organização sintático-semântica de uma frase.

Bagno (2012), por sua vez, acredita que os verbos são o núcleo de todo e qualquer enunciado significativo de uma sentença ou oração, pois podem expressar um estado de coisas ou uma intenção comunicativa. Notemos os exemplos utilizados pelo autor para comprovar a sua tese:

Vim,vi,venci

Bobeou, dançou

Bateu, levou

Pode ser..

Quero ver!

Os verbos que constituem os enunciados anteriores são tão plenos nesses contextos de usos, que basicamente, sozinhos constituem o enunciado, dispensando os outros argumentos. Nesse caso, a transitividade é altamente impactada pelo peso da situação discursivo pragmática.

Desse modo, ainda de acordo com Bagno (2012), a definição de verbo não deve ser vista apenas pela classificação de palavras que expressam ação, estado ou processo, porque para ele o mais adequado é defini-lo de acordo com “as suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Neste contexto, para Castilho (2011) a morfologia do verbo é descrita com a seguinte regra:

V- Morfemas-vocábulo prefixais +radical +morfemas flexionais sufixais.

Na realidade, segundo Castilho (2010), a vogal temática dos verbos é composta por seu radical e a sua raiz como é o caso do verbo andar que possui como raiz “and”+vogal temática (a) que resultará posteriormente no radical anda+r. Assim, prosseguindo a caracterização gramatical do verbo considera-se o ponto de vista sintático da palavra que se encontra em articulação.

No ponto de vista semântico por sua vez, para Castilho (2010) os verbos expressam os estados de coisas, entendendo-se por isso as ações, os estados, os eventos de que precisamos quando escrevemos ou quando falamos algo.

Assim, o estudioso segue salientando que os morfemas-vocábulos compreendem os verbos auxiliares como **ser, estar, ter e haver e ir** que operam de maneira específica no sintagma verbal e as suas expressões, normalmente, indicam tempo e modo.

No que diz respeito aos verbos “Ter” e “Haver” o qual tomaremos uma atenção maior em nosso estudo, Sacconi (2001, p. 335) também aponta que é comum, na língua popular do Brasil, ver o uso do verbo **ter** como impessoal. Notemos:

“Como **Tem** gente que gosta de apanhar.”

Diante disso, entende-se que os verbos se fazem presentes no contexto comunicativo até mesmo no modo impessoal. Pois, seguindo o raciocínio de Chafe (1979) apud Lucena (2011) os verbos são agrupados a partir do seu conteúdo semântico e classificados em quatro tipos distintos: **ação, processo, ação-processo e estado.**

Os verbos de ação por sua vez se caracterizam por

Expressar uma atividade – física ou não – realizada por um sujeito agente e/ou controlador. Eles “indicam, portanto, um fazer por parte do sujeito” como mostram os casos em “A viúva **chorava** lágrimas de sangue” e “**Vou** a Santos”⁵. O verbo de ação também pode designar uma atividade mental, como um sentir ou perceber. Nesse caso, o sujeito é um experienciador, como em “Marta **ouve** música”. (LUCENA, 2011, p.5)

Conforme Lucena (2011), diferentemente dos verbos de ação, o processo é o tipo semântico do verbo que se caracteriza por especificar um “evento que afeta um sujeito paciente e exprime um acontecer, como descreve o exemplo: *Rosa ganhou uma rosa*” (LUCENA, 2011.p.5).

É possível notar neste exemplo que a palavra Rosa é sujeito e paciente, pois as ações são desenvolvidas consigo mesma, ou seja, um sujeito paciente.

Nessa perspectiva, de acordo com Borba (1996), os verbos de estado correspondem a predicados em que não há uma atividade expressa, e sim a expressão “de uma propriedade (estado, condição, situação), e cujo “sujeito é mero suporte de propriedades” como em “*Fernando tem três filhos*”. (BORBA, 1996, p. 60).

Além disso, de acordo com Sacconi (2005), o verbo é a palavra que pode sofrer flexões de número, tempo e modo.

Essas flexões verbais agrupadas podem ser chamadas de conjunções; portanto, o verbo é a palavra que pode ser conjugada exprimindo alguma ação, um estado, um fato ou um fenômeno. A flexão de número é aquela que o verbo pode ser encontrado no singular ou no plural, indicam a quantidade de seres envolvidos no processo verbal. Já no plural é indicado que a quantidade de seres envolvidos no processo é dupla ou múltipla.

Conforme o exposto por Sacconi (2005), o verbo recebe flexão no contexto de uso para mudar o tempo e/ou a pessoa o qual o falante queira empregar tanto no ato da fala como na escrita.

Desse modo, quando se fala na categoria tempo, tem a ver com relações temporais na medida em que elas expressam contrastes gramaticais sistemáticos como: passado, o presente e o futuro. Para Bagno (2012), o presente é uma forma não marcada dos verbos e é justamente por isso que pode ser usado para expressão de eventos passados ou futuros. Por exemplo em *Hoje a gente vai ao cinema*. O tempo futuro, para esse mesmo autor possui um valor modal propriamente temporal, pois o futuro é sempre desconhecido e pode expressar dúvidas, suposição, desejo ou conjuntura, como o verbo *querer*.

E assim, em linhas gerais compreende-se que o uso do verbo pode estar relacionado ao enunciado dos participantes no momento da fala, ao estado de coisas comportando informações provenientes a uma ação transcorrida nos diferentes tempos verbais.

2.2 Valência e diátese

Bagno (2012) comenta que a capacidade do verbo em estar no ápice da hierarquia gramatical pode ser considerada como valência verbal, por exemplo, na

frase “*Ana comprou um trem elétrico para seu filho hoje*” a palavra *comprou* amplia a compreensão na frase, no sentido que ela solicita outras palavras para comporem juntamente com ela o sentido do enunciado da estrutura argumental. Desse modo, as demais palavras podem ser denominadas como argumentos “argumento externos e encontra fora do sintagma verbal, enquanto os demais sintagmas nominais que complementam a semântica do verbo são denominados como argumentos internos. (BAGNO, 2012, p.515).

Nesse contexto, compreende-se que ao se analisar o termo por sua valência não é oferecido uma riqueza de possibilidade de compreensão da língua em torno da oração. Logo, a valência verbal permite uma maior clareza na compreensão semântica do verbo que só é possível apenas com os argumentos.

Já a diátese, para Barros (2011), é um mecanismo que altera a estrutura sintática da oração, o número de argumentos, e afeta ela os significados, pois o mesmo “verbo pode se relacionar com um sujeito que assume a função de agente, mas também com um paciente”. A diátese é a capacidade via semântica de um verbo se subcategorizar para diferentes estruturas argumentais, um mesmo verbo que solicita em determinado contexto uma estrutura biargumental, em outro, pode apresentar uma estrutura monoargumental.

Percebe-se que para essa autora, as distintas estruturas sintáticas são oriundas de traços de significação do verbo, isso porque a diátese

Relaciona-se com o emprego do verbo dentro da oração, e da sua relação com a quantidade de argumentos que ele exige. Sendo assim, ocorre uma subcategorização do verbo, pela qual cada categoria é uma diátese. Portanto, se o critério principal para a ocorrência da diátese é a subcategorização, se esta não ocorre, também não há a diátese. (BARROS, 2011, p.69)

Com isso é pertinente observar que diátese é definida como a possibilidade de uma estrutura sintática e está interligada a traços de significado. Isso nos faz entender que o seu estudo se relaciona com o emprego do verbo dentro da sentença. Nas frases *Maria amarrou o cadarço* e *Maria não amarrou o cadarço*, por exemplo é possível notar que quantidade de argumentos permanece a mesma quanto os papéis temáticos dos argumentos.

2.3 Sintaxe e Estrutura Argumental

A sintaxe é uma parte da gramática que se ocupa da combinação de formas para construir unidades maiores, como o estudo das regras que resultam na combinação de palavras para construir frases. De acordo com Bertoque (2011), a sintaxe

Quer dizer ordenação, organização, gramática. Mas a linguagem é fluida, dinâmica, caótica. Reconhecer a existência do nível sintático significa reconhecer a língua como um “caos organizado”: uma estrutura representacional e interpessoal em constante transformação, mas que tem regras de organização que a constituem como multissistema. (BERTOQUE, 2011, p.1)

Desse modo na concepção da estudiosa supracitada, a sintaxe está correlacionada com a própria organização de uma determinada língua por seus usuários ao vão fazê-lo “acionar, mobilizar essa engrenagem para propósitos específicos” (BERTOQUE, 2011, p.1).

Logo, observando a semântica nota-se que a sintaxe necessita da pragmática, para se produzir sentidos. Com isso, Bertoque (2011), entende que essa interligação entre a sintaxe e a pragmática é feita de modo particular pelos usuários da língua portuguesa, que precisam respeitar os universais linguísticos básicos da gramática.

Nessa certeza, Bertoque (2011), postula que a gramática da Língua portuguesa é vasta e, para tanto, nós temos que reconhecer sua funcionalidade em situações efetivas de uso da língua pelo falante. Além disso, a referida autora acrescenta que a **sintaxe na perspectiva funcionalista** é totalmente fundamentada na concepção de linguagem no processo de interação social. E para tanto, ela observa a **organização linguística em três níveis**: pragmático, semântico e sintático.

Para Galvão (2013) a estrutura sintática se organiza em torno de um “predicador, um nó central que dá unidade estrutural à frase, prototipicamente essa função é exercida pelo verbo. Exemplos de predicados: cantar, amar, entregar, fazer, preocupação dentre outros” (GALVÃO, 2013.p.4)

O predicador seleciona argumentos para formarem a frase e essa relação é chamada predicação, que pode ser representado pelo seguinte esquema: (GALVÃO, 2013, p. 4)

$P(x,y,z)$ $P = \text{predicador};$ $x,y,z = \text{argumentos do predicador}$

- a. *Morrer (deputado) = [O deputado morreu] (predicador de 1 lugar)*
- b. *Gostar (filho, pai) = [O filho gosta do pai] (predicador de 2 lugares)*
- c. *Amar (João, Maria) = [João ama Maria] (predicador de 2 lugares)*
- d. *Dar (João, Maria, flor) = [João deu uma flor à Maria] (predicador de 3 lugares)*

Nota-se que nas frases acima os verbos morrer, gostar, amar e dar exercem a função de predicador, pois dão sentido às frases e organizam a predicação. E assim, concebe-se que na sintaxe é impossível desvincular as palavras e as sentenças de seu significado.

A Estrutura Argumental consiste na lógica e na temática de uma frase como acrescenta Galvão (2013, p.5)

- a. *O João **comeu** uma pizza grande ontem.*
- b. ** O João **comida** uma pizza grande ontem.*
- c. ** O **comeu** **João** uma ontem*

Podemos notar que em cada uma dessas frases, as categorias sintáticas são diferentes porque representam categorias semânticas diferentes. E com isso, a estrutura argumental se organizou a partir de “um predicado (geralmente o verbo), que abre casas a serem preenchidas (argumentos) para formar a estrutura oracional básica” (GALVÃO, 2013.p.5).

Logo, a estrutura argumental é expressada pelo predicador em uma determinada oração, os verbos controlam as funções sintáticas que irão formar a estrutura lógica e básica oracional de uma frase.

2.4 Transitividade

Como foi visto anteriormente, o verbo orienta a identificação das funções sintáticas, e nesse tópico será abordado a transitividade que é uma propriedade motivada pelo verbo, mas que pertence a estruturação de uma sentença quando o falante seleciona os seus argumentos. Para Castilho (2010), a transitividade é tratada nas gramáticas tradicionais como similar à regência verbal e à valência verbal. E de

um modo geral, esses conceitos se referem “à maneira como um verbo se relaciona com os SN numa mesma oração” (TRASK, 2008, p. 298). Se o verbo se relaciona com os SNs, logo a transitividade não pode ser limitada ao verbo, mas sim pertencente a toda a oração e isso só pode ser descrito a partir do uso da língua em situações reais.

Pode-se dizer que a transitividade envolve componentes semânticos, pragmáticos e sintáticos, mas é definida em específico pela focalização de uma das três propriedades semânticas na oração como sujeito, objeto ou o verbo.

Para Galvão (2013), a transitividade é o mecanismo responsável pela organização semântica no nível da frase e influência em sua organização sintática. Porque a mesma é

O sistema pela seleção de processos e relações e de seus participantes (argumentos). De natureza sintático-semântica, é a transitividade que vai determinar os papéis desenvolvidos pelos argumentos (complementos). A realização da transitividade depende da natureza semântica do predicado que o usuário da língua escolher para enunciar e da matriz que esse predicado abre para ser preenchida. (GALVÃO, 2013, p.34)

Além disso, no entendimento de Galvão (2013) a transitividade no funcionalismo, relaciona a vários complexos semântico-sintáticos independentes “participantes, cinese, aspecto do verbo, intencionalidade do sujeito, etc...), que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença”. (GALVÃO, 2013, p.34).

Na gramática tradicional, o entendimento de transitividade está relacionado à abordagem descritiva, notadamente realizada pela mistura de conceitos semânticos e formais.

Para Cunha, Oliveira e Martelotta (2015), a transitividade na gramática tradicional refere-se à transferência de uma atividade de um agente para paciente em uma determinada frase. A propriedade dos verbos é classificada como transitivos quando é acompanhado por um objeto direto ou indireto, já o intransitivo não necessita de complemento. Por exemplo, o verbo *dar* é um verbo transitivo por excelência, ou seja, uma construção que prevê um objeto direto ou indireto, pois dá-se alguma coisa para alguém. O verbo em *morrer* por sua vez, não necessita de complemento para tornar-se compreensível uma frase.

Em relação a esse entendimento do objeto direto ou indireto na transitividade, Bagno (2012) acrescenta que um verbo transitivo pode se transformar em intransitivo como é o caso de *atingir* e *implicar*. A construção *atingir* pode ser “devida à analogia como chegar a. Em ambos os verbos, só sentido remete a um ponto de chegada, um movimento em dada direção, sentidos que estão vinculados a preposição a” (BAGNO, 2012, p. 524).

Mediante ao exposto, todos os pressupostos e princípios mostrados neste capítulo demonstram que a concepção de verbos está no núcleo de todo e qualquer enunciado e para tanto, devem ser observados a partir de suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas. E isso auxilia na análise dos verbos “Ter” e “Haver” na fala goiana que será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

OS DIFERENTES USOS DOS VERBOS “TER” E “HAVER” NA FALA GOIANA

Este capítulo se propõe a uma descrição de alguns dos usos mais recorrentes dos verbos *ter* e *haver* na fala goiana, enfocando um possível processo de gramaticalização verificado no verbo *ter*. Iniciamos com uma breve explicação sobre o banco de dados o Fala Goiana e, na sequência, realizamos a análise.

3.1 A Fala Goiana

Optamos por analisar os dados de língua em uso da variante do PB falado em Goiás por acreditar que essa variante representa uma expressiva parcela do português falado no Brasil e, por isso, é relevante para atestar os usos e as mudanças em curso no PB.

De acordo com Barros (2011) O Fala Goiana é um projeto que se constitui a partir de um conjunto de projetos de Teoria e Análise Linguística de orientação

teórica funcionalista, que tem por objetivo investigar fenômenos inerentes ao português “do Brasil, enfocando o português popular goiano contemporâneo na modalidade falada, tendo como princípio as variedades linguísticas visíveis na fala goiana” (BARROS, 2011. p.109).

O projeto “**O português contemporâneo falado em Goiás – Fala Goiana**” vem sendo desenvolvido por pesquisadores do Grupo de Estudos Funcionalista da Faculdade de Letras da UFG e tem como proposta documentar e analisar o português falado em Goiás, observando os fatores da constituição social e cultural das comunidades de fala envolvidas, relacionados com os fenômenos de mudança linguística. Assim,

ele deverá compor um conjunto significativo de informações com vistas a caracterizar a variante do português falada no estado de Goiás sob a perspectiva da descrição e da análise funcionalista, a fim de apontar o estágio atual da língua falada nesta parte do território brasileiro, tendo como parâmetro o português do Brasil, em especial a variante culta. (BARROS, 2011.p.109)

A partir dessa citação, é possível notar que o projeto **Fala Goiana** se atenta para os processos de mudanças linguísticas, bem como para os processos de mudança em direção à gramática ou ao discurso, envolvendo itens e construções. Além disso, o mesmo se constitui através das “amostras de comunidades representativas das variantes do português em Goiás. Inicialmente, estão envolvidas duas comunidades de fala: Goiânia e a Cidade de Goiás” (BARROS, 2011.p.109).

Refletindo sobre esse projeto da fala goiana, concebemos que a língua é um sistema dinâmico que flui constantemente de acordo com a realidade comunicacional dos falantes desta região tão peculiar do território brasileiro, tendo como parâmetro o português do Brasil.

Os *corpora* do projeto são constituídos de inquéritos transcritos de língua falada de falantes das cidades de Goiás e de Goiânia. Dado ao caráter absolutamente qualitativo da nossa análise, os dados foram selecionados dentre os inquéritos das duas cidades com vistas aos diferentes usos dos verbos analisados.

3.2 Os usos dos verbos “Ter” e “Haver”

A partir dos pressupostos funcionalista, neste capítulo são apresentados alguns dos usos dos verbos “Ter” e “Haver” enfocando os elementos discursivo-pragmáticos que favorecem os usos de cada um desses verbos. Para isso, toma-se a transitividade com fenômeno integrador da estrutura oracional e, por consequência, responsável pela configuração oracional, haja vista que ela é responsável pela completude sintático-semântica da oração. Na medida do possível, a análise integra os níveis sintático, semântico e pragmático.

As orientações prescritivas da GT definem que o verbo “Haver” pode ser usado em sentido de “existir”, isto é, em sentido de impessoalização como em *Há copos sobre a mesa*. Porém, contrariando a prescrição da GT, no uso real da língua na Fala Goiana, o sentido de *existir* é constituído também e muito mais com o verbo “Ter”, como em

(1) prá mim não **tem** um Deus diferente do outro. (FG)

Em (1), o verbo ter assume o significado de existir, como em *não existe um Deus diferente do outro*. Do ponto de vista sintático, observa-se que a oração em 1 apresenta uma estrutura monoargumental, prototípica do verbo *existir*, como em:

Arg1	V
SN	SV
Um Deus diferente do outro	não tem

Além dos constituintes básico requeridos pela estrutura argumental (arg1 e arg2), atendendo exigências contextual, de natureza pragmático-discursivas e atentando ao nível interpessoal, outros elementos, não pertencentes à estrutura argumental, integram a formação do enunciado, a saber a construção *pra mim*, que funciona como um elemento modalizador do enunciado. Como se observa, a oração e o enunciado que ele veicula, atendem as expectativas da interação e dessa forma elaboram o contorno formal da frase.

Em seu uso prototípico, no sentido de posse, o verbo “Ter” possui estrutura biargumental, exige dois argumentos (o possuidor e a coisa possuída) e, com isso, apresenta uma transitividade mais alta caracterizada pela transferência de sentido entre sujeito e objeto, entretanto como em (1), o verbo “Ter” está sendo usado com o sentido do verbo *existir*, a transitividade é mais baixa pois a estrutura se torna monoargumental. Isso comprova a integração entre os níveis formal e do significado, revelando dinamicidade da língua e sua capacidade de se adaptar às diferentes situações de uso. Outro aspecto que deve ser lembrado é questão o fato de um verbo mais transitivo como o “Ter” apresentar uma transitividade mais baixa, comprova, como os pressupostos funcionalistas, que a transitividade não pertence ao verbo e sim a oração.

Os diferentes usos dos verbos “Ter” e “Haver” no PB, representado aqui pela variante falada em Goiás decorre de motivações inerentes ao uso da língua e caracterizam também um fenômeno de variação linguística em decorrência da grande diversidade regional, dialetal, social, entre outros. Em se tratando da variação social, convém lembrar que

a norma padrão imposta pela Gramática Tradicional (GT) normatiza que o verbo “haver” pode ser utilizado no sentido de existir, sendo, neste caso, um verbo impessoal. No entanto, o verbo “ter” no sentido de existir já se encontra consagrado pelo uso na fala coloquial de muitos brasileiros, até mesmo na fala de brasileiros escolarizados. (COSTA, et al., 2011.p.1)

O comportamento variável dos verbos “Ter” e “Haver” possuem um sentido muito amplo, mas a maioria das descrições desses usos atribuem às chamadas orações sem sujeito e dos verbos impessoais a maior parte das explicações para esses usos no que diz respeito ao verbo haver. Entretanto, dada a funcionalidade no uso do verbo ter, observa-se que eles vêm assumindo diferentes sentidos, dentre eles, o do verbo *existir*, isso se explica, dentre outros motivos, porque

o uso de haver como existencial canônico no português brasileiro não consiste, nesta perspectiva, num reflexo de procedimentos internos à gramática nuclear, mas do provimento da gramática periférica por elementos que têm prestígio na língua escrita. Se atentarmos para que, no Brasil, o aprendizado da língua escrita tende a ter como alvo ou estágios anteriores da língua ou mesmo a norma do português europeu [...] fica fácil imaginar a razão da supremacia de haver e da tendência de supressão de ter na língua escrita (AVELAR, 2005, p. 15)

É interessante considerar que o uso dos verbos *ter* e *haver* está presente cotidianamente na vida dos falantes e ambos caminham paralelamente. Em ocorrência da crescente perda de força expressiva de *haver*, a língua recorreu ao verbo *ter*, que o foi substituindo gradualmente, até usurpar-lhe todas as funções. Além disso, a grande afinidade que havia entre os “dois verbos e o progressivo esvaziamento semântico de *haver*, criou, portanto, condições para a substituição de *haver* por *ter*” (SAMPAIO, 2000, p. 32).

Dentre os diferentes usos de “*Ter*”, elegemos para descrever e analisar os usos que podem ser categorizados em existencial, posse e outros usos mais abstratizados.

Na fala goiana, conforme os dados indicam, o verbo *ter* é o verbo existencial presente na fala, como se observa em:

(2) **tem** um ditado dois bicudo não se beija... mais todos dois né... sempre nervoso... (FG)

Tanto o verbo “*Ter*” como o verbo “*Haver*” apresenta, além de outras definições, o sentido de posse, o que configura que ambos são descritos em construções existenciais tanto pela tradição gramatical quanto nos estudos sociolinguísticos, pois o uso básico dos verbos “*Ter*” e “*Haver*” estão presentes cotidianamente na fala e na escrita dos falantes, inclusive na fala goiana. Em (02), uma fala cotidiana de um goiano, podemos observar o verbo *ter* empregado no sentido de *existir*. A força motivada pela frequência de uso do verbo *ter*, faz com que se torne muito mais acessível e, portanto, muito mais recorrente, sobretudo nas situações informais de uso da língua.

Ao ser usado no sentido de existir o verbo “*Ter*” pode ser substituído pelo verbo *ter* sem prejuízo de sentido, como em “*Tem* pessoas que querem o nosso bem” e Brigavam à toa, sem que *tivesse* motivo, sendo, portanto, uma possibilidade de realização da língua não tratada pelo gramático” (GUEDES, 2014.p.5). Como o autor explica, a tradição gramatical desconsidera a dinâmica de língua ao desconsiderar a possibilidade. Entretanto, percebe-se, no contexto de uso, a pertinência do uso do verbo *ter*, uma vez que a reflexão em torno da língua se faz com ocorrências destes em situações reais de comunicação do indivíduo, em diversos momentos de diálogos sejam eles orais ou escritos.

Conforme Costa, Pinto, Sousa, Reis e Bizerra (2011) ao se analisar o comportamento variável dos verbos “Ter” e “Haver” com sentido de existir,

Percebe-se que, de um modo geral, o verbo “haver”, na acepção de existir, constitui o padrão de referência de uso “correto” da língua e a variação que ocorre com o verbo “ter” é considerada uma incorreção na língua padrão. (COSTA, et al .,2011, p.3)

Diante do acima exposto, podemos verificar que as construções existenciais formadas com o verbo ter “na posição estrutural de sujeito decorre do fato de que, no português brasileiro, há uma preferência pelas sentenças com ter sobre haver e existir” (VITÓRIO, 2013.p.3). E nesse sentido, prevalece a funcionalidade discursiva e os efeitos de sentido decorrentes dos usos mais produtivos e, portanto, a partir de uma visão funcional, não admitimos a categorização que define um uso como correto e outro como incorreto. Entendemos que a opção por um ou por outro padrão é orientada por padrões discursivamente estabelecido conforme a relevância comunicativa e o contexto de uso.

De acordo com os exemplos em (1) e (2), “Ter” é o verbo existencial prototípico na fala. Além disso, para Vitório (2015) com a baixa frequência de haver e as restrições ao seu uso em alguns contextos existenciais, “O verbo haver teria deixado de compor o acervo de itens funcionais e migrado sua matriz para o acervo de itens substantivos, residindo ao lado de itens como existir, acontecer, ocorrer” (VITÓRIO, 2015, p.4).

No que diz respeito aos fatores linguísticos, conforme se constatou a referida autora, acredita-se que as construções no passado favorecem o uso de *haver* e as construções no presente favorecem o uso de “Ter”. Logo, fica evidente que, o verbo possui função coesiva ao organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado que por sua vez podem identificar as funções sintáticas.

A noção de posse também é muito recorrente no uso do verbo ter, especialmente a que indica uma posse ativa, isto é, posse de um bem físico, material, especialmente concreto como o que é descrito em (03):

(3) que hoje a gente **tem** um ... um sítio tamém... a gente já tem... a gente trabalhava pr/os otro...hoje a gente já **tem** o nosso sítio... tudo através da benção de Deus né... com muito esforço... (FG)

Em (03) o verbo *ter* descreve a posse de um bem material, algo concreto, físico. Esse é o uso mais básico desse verbo no sentido de posse, podemos dizer que é o uso mais concreto. Isso pode ser comprovado inclusive pois o enunciado reflete uma estrutura argumental prototípica equivalente a SVO.

Arg1	V	Arg2
SN	SV	SN
A gente	tem	um sítio

Como se observa, o verbo, possibilita uma estrutura biargumental e essa estrutura é possível porque ela relaciona o sentido de posse física, que envolve um possuidor e a coisa possuída. Diferentemente do que observamos em (01), uma estrutura monoargumental, em (03) o verbo apresenta uma transitividade mais alta, pois o sentido semântico sintático da oração ocorre pela relação iniciada no arg1 (sujeito) e finalizada no arg 2 (objeto).

Como vimos no capítulo anterior, a transitividade é compreendida como uma atividade transferida que é tipicamente efetiva de algum modo. Segundo Cunha e Souza (2007), a transitividade refere-se ao grau de completude sintático – semântico dos itens lexicais e envolve diferentes aspectos morfossintáticos e semânticos – pragmáticos e suas inter-relações. Uma oração transitiva, por exemplo, descreve um evento que envolve dois participantes, um que é o agente responsável pela ação e o outro que é afetado na ação. Ou seja, necessita-se do agente e do paciente os quais são chamados de argumentos do verbo. E assim, do ponto de vista sintático, todas as orações com transitividade mais alta (as chamadas transitivas pela GT), envolvem sujeito, verbo e objeto. Entretanto, destacamos mais uma vez que a transitividade para o funcionalismo não é uma propriedade do verbo e sim da oração, pois conforme os diferentes contextos de usos, verbos que integram orações mais transitivas (como em 03), podem em outros contextos, integrar orações menos transitivas (como em 01). Um exemplo semelhante, pode ocorrer com o verbo *quebrar* em *O menino quebrou a vidraça* ou *A vidraça quebrou*.

Na primeira frase o verbo denota uma ação que foi praticada pelo agente *menino*, já na segunda o objeto *vidraça* foi afetada pela ação. A noção revisitada dos autores supracitados, percebe-se que a gramática do verbo é reformulada de acordo com os ideais e a necessidade de comunicação dos falantes no contexto diário.

Outros usos do verbo *ter*, se afastam do sentido de posse ativa, que é um uso mais concreto, básico para representarem sentidos mais abstratos. Isso decorre de um esvaziamento semântico da posse ativa. Entretanto, o sentido de pertencimento de alguma maneira é mantido. Esses usos mais abstratos, ocorrem porque o valor conceitual de posse é reduzido em favor de outros valores mais abstratos, com sentido gramatical. No exemplo a seguir, podemos conferir outro sentido para o verbo *ter*:

(4) o::: dono da loja confiô ni/mim desde daí que começo a mudança na minha vida fui::: percebeno confiança que as pessoa **tem** na gente o quanto é importante aí:::

Em (4), o verbo “*Ter*” assume um sentido bem diferente dos anteriores, podendo ser categorizado com um traço da noção de “posse”, no sentido de ter confiança, em que a confiança faz parte daquilo que a pessoa possui, mas também, por outro lado, o verbo *ter* pode assumir um valor de auxiliar em ter confiança com o sentido de confiar. Em todo caso, a estrutura argumental poderia ser bi ou triargumental e a oração não seguiria a ordem prototípica SVO porque em função de elementos pragmáticos e discursivos, objeto (arg2) assume a posição anterior ao verbo e ao sujeito. Observa-se uma topicalização do objeto “confiança”.

Usos como esse em (4) são representativos da dinamicidade da língua e da capacidade da estrutura sintática se moldar e emergir de diferentes contextos de uso. Processos como esses, em que o verbo perde carga informacional em favor de manter a organização gramatical da oração têm sido compreendidos pelo funcionalismo como processo de gramaticalização. Pode-se afirmar que os verbos “*Ter*” e “*Haver*” passaram e continuam passando por um processo de gramaticalização. Isso pode ser observado porque um item lexical como o verbo “*ter*” de uso mais “concreto se transforma num item mais gramatical e abstrato ou quando determinada unidade gramatical evolui para outra ainda mais gramatical” (FONTES, 2014. p.7). Em (4), o verbo *ter* é empregado em sentido mais abstrato, menos lexical e mais gramatical.

Para Castilho (2010) o fenômeno mais interessante na gramaticalização consiste na migração do verbo pleno para o funcional e deste para o auxiliar, os verbos plenos por sua vez são os que funcionam com os “núcleos sentenciais, selecionado os argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos” (CASTILHO, 2010. p.4). Nesse sentido, podemos notar que em (4) verificamos uma certa dificuldade em

atribuir o número de argumentos ao verbo “ter”, bem como a natureza da sua relação com o item “confiança”. Tal dificuldade revela que a sua categorização não está precisa e por isso, pode variar entre uma ou outra categoria. Algo semelhante também se verifica em:

(5) não eu vô explicá pra ocê direitim é assim... que cê **tem** que fazê... e mim ensinô direitim...

Em (5) o verbo *ter* também é empregado com valor mais abstrato e pode ser equiparado a um tipo de verbo modal, no sentido de “dever”. Assim, ele compõe com o verbo *fazer* uma espécie de perífrase intercalada pelo pronome “que”. Observa-se que o valor, o sentido só é obtido conjuntamente em “tem que fazer”. Isso revela o valor menos lexical e mais gramatical do verbo *ter* em (5). O valor gramatical também pode ser obtido na dificuldade em que temos para definir os integrantes da estrutura argumental, como ocorreu também em (4), seja pela ordem inversa da oração seja pelo valor mais abstrato assumido pelo verbo *ter*:

Arg1	V	Arg2
SN	SV	SN
você	tem que fazer	assim

Tanto em (4) quanto em (5) a transitividade é menor, pois ambas as orações se afastam dos modelos transitivos prototípicos porque, nelas, o valor do verbo *ter* é mais abstrato, mais gramatical e menos lexical.

Os verbos funcionais, conforme Castilho (2010), normalmente possuem sintagmas nominais, adjetivais, adverbiais e preposicionais, reduzindo-se a “portadores de marcas morfológicas”. Já o verbo auxiliar, por sua vez, desempenha a categoria de pessoa e número nos aspectos de tempo, voz e de modo. Por essa proposta de Castilho, podemos entender que o verbo *ter* em (5) possui um valor mais funcional, haja vista que se relaciona com um sintagma adverbial (*assim*).

No que diz respeito os verbos “Ter” e “Haver”, de acordo com Castilho (2010) estes selecionam um sujeito possuidor e se constroem com um objeto direto. Deslocando o verbo *ter* nas estruturas possessivas, o verbo *haver* se especializou nas estruturas existenciais.

Logo, nota-se que a gramaticalização é um fenômeno linguístico que consiste na mudança de um item lexical para um item gramatical. Nesse sentido, o processo de gramaticalização ocorre quando há uma grande frequência na utilização de uma palavra originariamente de conteúdo pleno, fazendo com que ela em diferentes contextos consiga mudar o seu sentido concreto para abstrato, ou seja, de maneira gramaticalizada como é o caso dos verbos “Ter” e “Haver” que são moldados na fala de acordo com os contextos comunicativos. Assim, no processo de gramaticalização, as palavras passam do domínio mais concreto para o mais abstrato.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término deste estudo foi possível perceber que em uma perspectiva funcional a língua está em constante transformação e a linguagem é composta por um fenômeno linguístico dinâmico que media diversos fatores internos à estrutura gramatical e fatos externos.

O uso do verbo “Ter”, por exemplo, pode ser utilizado em diversas situações comunicacionais como no sentido de posse, existencial, modal ou abstrato, o sentido de posse por sua vez, configura –se a posse de um bem material, algo concreto, físico. Já o uso existencial pode ser entendido no sentido de existir e o modal pode ser empregado no sentido de fazer que simboliza algo abstrato e isso nos faz perceber que o uso dos verbos são moldados de acordo com os contextos comunicacionais dos falantes, uma vez que a diversidade de construções na língua como os verbos deriva de esquemas mais concretos de experiência básica da capacidade de se comunicar.

Desse modo, é importante perceber que a língua é determinada pelas situações de comunicação real como se nota ao correlacionar o projeto da fala goiana em que os falantes interagem uns com os outros na tentativa de perceberem mudanças linguísticas, em direção à gramática ou ao discurso através dos itens de construção.

REFERÊNCIAS

AREAS, E. K, & MARTELOTTA, M. E. **A visão funcionalista da linguagem no século XX.** In: CUNHA, M. A. F. et. al (org), *Linguística funcional: teoria e prática.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AVELAR, J. **Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro.** 2005. Disponível em http://www.geocities.com/gt_teoria_da_gramatica/download/anpoll2005-juanito.pdf . Acesso em: 19 Out. 2017.

BARROS, Déborah Magalhães de. Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo no dialeto goiano [manuscrito] / Déborah Magalhães de Barros. – Goiânia ,2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2011. Disponível em: http://files.gef-ufg.webnode.com/200000017-dea4cdf9f3/DE%20BARROS_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso dia 20 de Novembro de 2011.

BARROS, Déborah Magalhães de **Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva construcional [manuscrito].** MMXVI. 176 f.: il. Goiânia, 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo. Editora Parábola, 2012.

BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira. **Sintaxe na perspectiva funcionalista. Serviço público federal ministério da educação universidade federal de mato grosso campus universitário do Araguaia instituto de ciências humanas e sociais curso de letras.** Barra do Garças, 2011.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

BEZERRA, Francinalva Andrade. **Os diferentes conceitos de gramática nos estudos linguísticos**. Letra Magna Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Ano 09 - n.17 – 2º Semestre de 2013.

CASTILHO, Ataliba T. de. 2010. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto. ISBN 978-85-7244-462-0. (768 p.).

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1984.

COSTA, A. A.; PINTO, D. S.; SOUZA, G. E.; REIS, J. A.; BIZERRA, P. R. B. **Verbos existenciais: ter/haver**. ReVEL, v. 9, n. 17, 2011. [www.revel.inf.br

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. 1999. **Gramaticalização e os processos de variação e mudança linguística**. In: MOURA, Denilda. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edupl.

_____. Funcionalismo. 2008. In: MARTELOTTA, Mário E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto.

CUNHA, Angélica Furtado. **Funcionalismo**. In: MARTELOTTA, Mário. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. Revista D.E.L.T.A, 2001 .

CUNHA, M. A. **Linguística Centrada no Uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013. p. 13-40.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. OLIVEIRA, Mariangela Rios de. MARTELOTTA, Mário. **Linguística Funcional**. São Paulo. Editora Parábola , 2015.

CHAFE, William. **Significado e estrutura lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. **Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas**. In: CEZARIO, M. C.; FURTADO DA CUNHA.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb . **Sintaxe do português**. Ministério da educação universidade federal de Goiás faculdade de letras. Goiânia, 2013.

GUEDES, Marise Rodrigues. **O uso multifuncional do verbo *terem* textos veiculados pela revista *veja*. XVIII congresso nacional de linguística e filologia. Rio de Janeiro,2014.**

KIBUUKA, Brian. **Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo**. Uma Análise Conceitual, Histórica e Comparativa. São Paulo,2010.Díspõnível em :
www.briankibuuka.com.br.

KOCH, Ingedore Villaça e VILELA, Mario. **Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso**. Coimbra, Almedina, 2001.

LETRA MAGNA Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura - Ano 03- n.04 - 1º Semestre de 2006 ISSN 1807-5193.

LUCENA, N. L. **A relação gramatical objeto direto: implicações para o ensino de língua materna.** 2010. 145fls. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

LUFT, Celso P. **Moderna gramática brasileira.** 2ªed. São Paulo: Globo, 2002.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. VOTRE, Sebastião Josué e CAZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional.** UFRJ - Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Rio de Janeiro, 1996.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. **Abordagens Funcionalistas.** REVISTA LETRA MAGNA Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura - Ano 03- n.04 - 1º Semestre de 2006 ISSN 18075193.

MUSSALIM, Fernanda. BENTES, AnnaChristina. **Introdução a Língüística: fundamentos epistemológicos.** São Paulo, Cortez, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática Funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e Linguagem).

NEVES, M. H. M.. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fonte, 2007.

ROSÁRIO, Ivo a Costa. Gramática. **Gramaticalização construções e integração oracional: algumas reflexões.** Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ,2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 2004.

SACCONI, L. **Nossa gramática: teoria e prática.** São Paulo: Saraiva, 2001.

SAMPAIO, M. L. P. **Estudo diacrônico dos verbos ter e haver, duas formas em concorrência.** CopyMarket.com. 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/9586310/Maria-Lucia-Pinheiro-Sampaio-Estudo->

Diacronico-Dos Verbos-TER-e-HAVER-Duas-Formas-Em-Concorrencia . Acesso em 12 de outubro de 2017.

SILVA, Camilo Rosa. **O conector mas no discurso oral: gramaticalização e/ou discursivização.** UFRN/UFPB.2004.

SOUZA, *Francisco Elton Martins de*. **Teorias linguísticas e suas concepções de gramática: alcances e limites.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE V. 6, N. 1, ano 2014.

TRAVAGLIA, L. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** São Paulo: Cortez, 2003.

TRASK, Robert. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar .**As construções existenciais com ter e haver: o que tem na fala e o que há na escrita.** Rio de Janeiro, 2013.Disponível em: file:///D:/Elisa/GetFileAttachment.pdf3.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2017.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. **O (des)uso do verbo haver existencial.Campo Grande,2015.**